

REPÚBLICA DO CAPITAL: CAPITALISMO E PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL [DÉCIO SAES]

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.59085>

Arthur Salomão¹

Título: República do capital: capitalismo e processo político no Brasil

Autoria: Décio Saes

Cidade e editora: São Paulo, Boitempo

Ano da publicação: 2023

Páginas: 304

Desvelar as interações entre o processo político e as dinâmicas do desenvolvimento capitalista é, sem dúvida alguma, uma tarefa primordial do campo marxista. O ofício se torna ainda mais delicado, e conseqüentemente mais refinado, quando o pesquisador objetiva costurar as determinações da estrutura, os elementos conjunturais e a ação das classes sociais. No fim de 2023, os pesquisadores interessados em tais vínculos foram presenteados com uma nova edição de *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*, obra na qual a ação política das classes sociais e as dinâmicas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro passam pela acurada e rigorosa análise de Décio Saes.

Professor aposentado de Ciência Política da Unicamp, Décio Saes é um dos pioneiros na introdução da problemática althusseriana e da teoria política poulantziana em solo brasileiro. Participou da formação de um grupo significativo de marxistas e é apontado por analistas da produção intelectual brasileira como responsável por inaugurar a escola poulantziana de Campinas (Berringer, 2020), um conjunto de estudos influenciados pelo instrumental teórico desenvolvido por Nicos Poulantzas em *Poder político e classes sociais* (2019[1968]). Em sua trajetória, marcada pela harmonia entre rigor teórico e ampla pesquisa histórica, dedicou-se, primeiramente, ao estatuto teórico e à ação política da classe média. Em sua livre-docência, após uma “assimilação profunda” do marxismo althusseriano (Martuscelli; Nucci Jr., 2020), formulou uma interpretação inovadora da revolução política burguesa e da formação do Estado burguês no Brasil. Nos últimos anos, empreendeu análises sobre os regimes políticos brasileiros, sobre a evolução da cidadania e, mais recentemente, sobre a formação do sistema de educação pública.

O livro, relançado em sua segunda edição pela editora Boitempo, é resultado do acúmulo de pesquisas de longa data do autor sobre a política brasileira em suas dimensões institucional, ideológica e comportamental. Décio Saes, como poucos do campo acadêmico, concilia uma linguagem clara e objetiva

com uma análise rica e sofisticada. Os capítulos recobrem um longo período histórico: da transição do escravismo moderno até os governos neoliberais dos anos 1990. Ao todo, treze artigos compõem a coletânea, sendo sete anteriormente presentes na primeira edição – lançada em 2001 – e seis incluídos pelo primoroso trabalho de reorganização e ampliação feito por Angelita Matos Souza e Danilo Martuscelli. Diante desse esforço, a obra ficou dividida em quatro blocos de textos agrupados por temas interseccionais e questões teóricas correlatas.

O primeiro bloco, intitulado “Revolução burguesa no Brasil”, reúne três artigos profundamente articulados em torno da formação do Estado burguês no Brasil, da transformação da estrutura jurídico-política escravista moderna e dos agentes sociais desencadeadores desse processo. Embora escritos em períodos diferentes, há uma unidade temática nos textos que nos permite sintetizar a pergunta que norteia tal bloco: de que forma e em qual momento teria surgido um Estado burguês moderno no Brasil?

No primeiro dos textos, “A participação das massas brasileiras na revolução antiescravista e antimonárquica (1889-1891)”, Saes se opõe à tese de que os fazendeiros de café do Oeste paulista teriam sido os protagonistas da revolução antiescravista e antimonárquica, pois o bloco cafeeiro republicano adotou uma estratégia de compromisso com a velha classe dominante escravista. Aqui, faz-se notar a busca original do autor em reposicionar o papel das classes dominadas nesse processo. Diferentemente dos principais intelectuais marxistas que se dedicaram ao tema, na perspectiva de Saes, tal revolução foi deflagrada por um movimento social antiescravista que congregou as revoltas da massa escravizada e o igualitarismo jurídico da classe média urbana.

Em “Florestan Fernandes e a revolução burguesa no Brasil”, Saes discute o clássico “ensaio de interpretação sociológica” sobre as origens do regime capitalista brasileiro e a formação de nossa ordem social competitiva. De início, Saes critica a operação teórica de Fernandes ao compatibilizar duas problemáticas distintas: a problemática marxista da implantação da relação capital-trabalho assalariado com a weberiana da difusão da racionalidade na vida social. Em seguida, passa a analisar as teses de Florestan acerca da periodização da revolução burguesa brasileira e da definição dos protagonistas históricos. Como resultado de seus comentários epistemológicos, os leitores se defrontam com uma fecunda disputa explicativa entre duas concepções distintas da revolução burguesa brasileira. Em resumo: segundo Florestan, a revolução burguesa no Brasil, iniciada com a descolonização de 1822, teria encontrado no cafeicultor e no imigrante seus agentes sociais; já na análise de Saes, o início da revolução se deu com a ruptura escravista de 1888 protagonizada pelos escravos rurais e pela classe média urbana.

Encerrando o primeiro bloco, o texto “A evolução do Estado no Brasil (uma interpretação marxista)” inclui uma análise dos diferentes esquemas interpretativos do fenômeno estatal no Brasil e uma proposta alternativa orientada pela função social do Estado e pelo desvendamento do conteúdo de sua estrutura jurídico-política. A síntese de Saes sobre as duas concepções não marxistas da evolução do Estado no Brasil – a preponderância do poder privado sobre o Estado e a essência patrimonialista do Estado brasileiro – é coerente e afiada. Em comum, ambas sugerem que o Estado é uma entidade que pode subsistir numa sociedade qualquer. De outra maneira, a despeito de múltiplos enfoques, o marxismo sustenta que todo Estado tem por função assegurar a coesão da sociedade vigente e controlar o conflito

das classes antagônicas. Ao final, Saes discute a sucessão de duas estruturas jurídico-políticas predominantes no Brasil: uma escravista moderna, do século XVI até 1888, e outra estrutura jurídico-política burguesa, de 1888 até os dias atuais. Os leitores mais atentos notarão que a leitura de Saes sobre o escravismo moderno difere largamente das teses marxistas que diagnosticavam a formação social brasileira como capitalista desde sua origem.

Com o objetivo de analisar este primeiro bloco, é necessário enfatizar que ele carrega uma interpretação inovadora de dois temas clássicos, um do marxismo e outro da ciência social em geral: a revolução burguesa no Brasil e o chamado fenômeno estatal. Em diálogos travados com expoentes da literatura marxista e do campo de estudos sobre o Estado, os três textos condensam o exame sistemático e a elaboração sofisticada de Saes acerca da emergência do capitalismo no Brasil, da consolidação da revolução política no país e do desenvolvimento do Estado brasileiro. Nessa tríade, sua leitura original da revolução burguesa brasileira a partir da problemática althusseriana, contida de forma plena em sua tese de livre-docência, é exibida de maneira didática e em contraste com outras concepções.

O bloco temático “Balanço dos impactos da revolução burguesa no Brasil na configuração político-institucional e econômica do período republicano” é o único com quatro textos. A despeito da abrangência dos temas, sua principal tese é a de que o padrão de evolução da cidadania e dos direitos sociais são, em última instância, condicionados pelo patamar de desenvolvimento capitalista de uma formação social, o que implica considerar a configuração da hegemonia política do bloco no poder e o estágio das lutas populares. De nossa parte, avaliamos que este bloco reúne inúmeras contribuições para a ciência política brasileira, na qual predominam análises de instituições desvinculadas da sociedade e da economia. O principal problema decorrente é que as instituições, ao serem tomadas como objetos apartados dos outros domínios da vida social, passam a ter uma dinâmica exclusivamente interna e unicamente determinada por seus atores. Sendo assim, sua análise busca superar tanto a miopia da corrente dominante da ciência política brasileira quanto o economicismo daqueles que encaram as instituições como meros reflexos do domínio da economia.

O quarto texto do livro se intitula “Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo”. Nele, Saes traça um panorama do processo de transição para o capitalismo no Brasil e as vias de desenvolvimento capitalista adotadas no país. De início, recorda que a transição brasileira se efetuou a partir de uma sociedade escravista marcada pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas, sem uma etapa feudal e sem repartição da grande propriedade fundiária. Dado esse ponto de partida, é importante notar sua repercussão no desenvolvimento capitalista subsequente: a frágil burguesia industrial se deparou com um mercado interno estreito e o acelerado processo de industrialização foi dirigido pela classe média urbana.

No texto seguinte, “Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas”, Saes discute com muita clareza e originalidade o caráter limitado e instável das experiências democráticas brasileiras da Primeira República e da República de 1945-1964. Sua tese central é a de que o “déficit democrático” brasileiro, longe de ser resultado de traços culturais originários, está intimamente relacionado com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as crises de hegemonia no seio do bloco no poder. Segundo o

convincente argumento do autor, a ausência de um pluralismo partidário efetivo e o funcionamento aparente de um “sistema de partido dominante” davam o tom das limitações na primeira experiência. Já na Quarta República, situada em outra etapa da revolução burguesa, o fato de a burocracia dirigir a política de industrialização a coloca no lugar primário do processo decisório estatal, ocupado pelo sistema partidário em outras ocasiões. Ao final, há um excelente diagnóstico do autor, dada sua capacidade de identificar questões que retornariam à cena política em anos posteriores, sobre três principais limitações do regime político da Nova República: a sobrevivência do processo de militarização do aparelho de Estado, o hiperpresidencialismo e a ascendência da burocracia de Estado no processo decisório estatal.

O texto “A questão da evolução da cidadania política no Brasil” caracteriza as limitações impostas à cidadania política em diferentes períodos republicanos e as relaciona com as lutas populares e com as configurações da hegemonia política das classes dominantes. O conteúdo central do texto é a abordagem do caráter instável e intermitente da cidadania e de suas limitações, constitucionais ou práticas, entre 1891 e 1988. Como fica mais evidente no capítulo seguinte, Saes está construindo um esquema teórico marxista para abordar o padrão de evolução da cidadania no Brasil a partir das características da formação social brasileira. O ponto que mais nos chama atenção é que sua análise permite aos pesquisadores críticos irem além do esquema tradicional elaborado por T. H. Marshall e questionarem os formalismos presentes nesse campo de estudos. Para exemplificar com um caso instigante, Saes argumenta que a cidadania política na Primeira República, fundamentada pela instauração da forma universalista do sujeito de direito, foi resultado do entrecruzamento dos projetos políticos distintos da classe média abolicionista e republicana e da aliança entre burguesia mercantil-exportadora e proprietários fundiários. As classes dominantes, vencedoras dessa disputa, lograram implantar mecanismos de limitação da participação política a fim de conter cisões internas e evitar a subversão da ordem. Por isso, as limitações da cidadania desse período eram fruto do controle do exercício do voto pelas classes dominantes, mas não da efetiva constitucionalidade dos direitos políticos.

O esquema teórico do capítulo anterior é testado empiricamente em “Direitos sociais e transição para o capitalismo: o caso da Primeira República brasileira (1889-1930)”, último artigo do segundo bloco. Nele, Saes expõe de maneira historicamente rigorosa que a legislação social desse período foi expressão de uma formação social em processo de transição do escravismo moderno para o capitalismo. Para isso, o autor estabelece uma relação entre a configuração dos direitos sociais na Primeira República e os interesses das forças sociais daquela conjuntura. A burguesia mercantil-exportadora, pressionada pelas classes médias, aceitou uma legislação previdenciária para as categorias profissionais estratégicas aos seus interesses. De outro lado, a propriedade fundiária adotou postura defensiva – mesmo com as liberdades civis elementares – e a burguesia industrial se opôs à legislação fabril, restando sua mão de obra por meio de práticas filantrópicas e coações psicológicas. Mais do que argumentos convincentes, é notável a forma como Saes entrecruza os projetos políticos e examina os interesses de classe em disputa.

Para encerrar nossa reflexão deste bloco, convém discutir as implicações práticas da investigação de Saes, sobretudo nos três últimos textos. No período atual, cuja hegemonia do capital financeiro internacional nos relega um projeto de cidadania limitada, no qual a precarização atinge diversos setores

sociais, tais aportes teóricos e práticos se mostram valiosos para uma “análise concreta da situação concreta”. De forma didática, Saes expõe como os direitos dependem dos interesses das classes dominantes – e por isso estão sujeitos à revogação e não estão distribuídos universalmente pelos segmentos das classes trabalhadoras –, mas que as lutas populares são as responsáveis por garanti-los. Aos movidos pela *práxis*, deixa como mensagem que a luta por ampliação da cidadania deve ser constante e envolver a construção de projetos, lutas intensas e o enfrentamento dos dominantes.

O terceiro bloco “Classes e conflitos de classe na longa história da política brasileira (1889-1989)” traz textos alinhados em torno da questão do papel dos conflitos de classe em distintos períodos do processo político. Desdenhado pelas atuais correntes dominantes das ciências sociais brasileiras e tido como ultrapassado por parte das pesquisas situadas no âmbito do pós-estruturalismo ou do pós-modernismo, o estudo das práticas políticas e ideológicas das classes e frações de classe nos parece uma das principais contribuições da problemática do autor. Em contraposição às pesquisas que tomam a ação política como o reino da contingência e da aleatoriedade, Saes nos revela que os atores agem segundo os limites impostos pela sua inserção na estrutura social, portanto, que a determinação de classe não é indiferente ao sentido das práticas dos atores sociais.

Em “Estado capitalista e classe dominante”, Saes elabora breves comentários acerca do livro “Estado e capital cafeeiro em São Paulo (1889-1930)” de Renato Perissinotto – obra dedicada à relação estabelecida entre a burocracia estatal paulista e o grande capital cafeeiro nesse período. Seus comentários críticos referem-se tanto ao procedimento teórico adotado por Perissinotto, que consiste em combinar o fracionamento poulantziano dos interesses da classe dominante com uma “sociologia dos grupos sociais”, quanto aos argumentos do autor a respeito das funções desempenhadas pela burocracia em relação ao bloco no poder. Colocando em segundo plano o mérito da crítica e evidenciando uma noção de “vigilância epistemológica”, termo cunhado por Bourdieu, as avaliações de Saes se mostram convenientes para a reflexão do fazer científico entre pesquisadores de diversas vertentes teóricas.

No artigo subsequente, “Classe média e política no Brasil (1930-1964)”, o autor aborda as posições políticas assumidas pela classe média brasileira da Revolução de 1930 até o golpe de Estado de 1964. Sua tese geral é a de que a classe média, ainda que unida no culto comum ao mérito e à hierarquia do trabalho, esteve politicamente dividida na Primeira República e no período 1930-1964. De um lado, a camada superior da classe média, baseada num discurso liberal e anti-intervencionista, apoiou a política conduzida para a burguesia comercial hegemônica e, no período seguinte, resistiu à ascensão do protagonismo político das classes populares. De outro lado, a baixa classe média transitou de uma crítica difusa à política oligárquica, presente em agitações populares e manifestações espontâneas, para o reforço do papel do Estado como promotor do seu bem-estar material, sobretudo pelo apego à ação sindical. Por fim, o ensaio se encerra discutindo o predomínio da alta classe média e de seu discurso antipopular e anticomunista na crise política de 1964, embora o temor da proletarização, a defesa da ordem e a propaganda anticomunista tenham atraído também segmentos da baixa classe média.

Desse texto, que pode ser considerado uma síntese das pesquisas de Saes sobre as camadas médias, convém destacar seu pioneirismo e sua singularidade na formulação de uma alternativa marxista

ao “problema da classe média”. Em divergência com a predominante recusa do conceito de classe média no campo marxista brasileiro, sua análise contraria o reducionismo e salienta que as classes médias são um ator político historicamente fundamental no processo político brasileiro. Sua tese a respeito do fracionamento da classe média é cientificamente fecunda e sólida, além de combater muito do tratamento equivocado que a esquerda dá a esse setor. Apresentando posicionamentos políticos diversos, as classes médias foram base social de apoio e agente ativo de inúmeras mudanças sociais e políticas no Brasil. Nessa perspectiva, desprezar por completo o papel e a importância desse setor social, além de um obstáculo ideológico, é um evidente equívoco. Mais recentemente, com o retorno global da extrema direita à cena política, as pesquisas sobre as classes médias revigoraram. Nesse sentido, o arcabouço construído por Saes é de grande valia.

O último texto do terceiro bloco toca em dois aspectos da ação estatal em relação às classes sociais: a) a organização da hegemonia de uma fração da classe dominante no bloco no poder; e b) a desorganização política das classes dominadas. Na primeira parte de “Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 1970/1980”, Saes discorre sobre a oligopolização dos bancos durante o regime militar e a recuperação da força política desse setor. Em oposição às teses simplistas de que a burguesia industrial era hegemônica no pós-1964, defende que o capital bancário detém a hegemonia no bloco no poder, embora a exerça em condomínio com a fração monopolista industrial, responsável por realizar a organização ideológica das classes trabalhadoras. Muito significativa para as pesquisas contemporâneas sobre o neoliberalismo, a dissociação entre hegemonia política e ideológica é um dos pontos mais instigantes desse texto. Já na segunda parte, Saes discute as formas pelas quais o Estado brasileiro, durante o regime militar, desorganizou as classes dominadas. Além da tradicional individualização dos agentes da produção, isso ocorreu por meio da corporativização dos trabalhadores via sindicalismo de Estado, da repressão aberta às reivindicações e da atração das massas para políticas localizadas espacial e profissionalmente.

O título do último bloco temático é preciso no recorte temporal dos artigos: “Da transição ao regime democrático na década de 1980 à política neoliberal nos anos 1990”. Seus textos são mais curtos e apresentam caráter majoritariamente ensaístico, esboçando reflexões de Saes sobre a redemocratização, a introdução do neoliberalismo no Brasil e o regresso do populismo na política brasileira.

O texto que abre o quarto bloco – “A questão da ‘transição’ do regime militar à democracia no Brasil” – endereça críticas às teses que identificavam, ainda em 1988, um processo de transição cujo resultado seria necessariamente o advento de uma democracia plena. Opondo-se aos liberais-democratas, Saes considerava que as Forças Armadas ainda intervinham fortemente no processo decisório por meio de uma rede paralela que cruzava os diversos ramos do aparelho de Estado. Sobre o desfecho da redemocratização, Saes argumenta que não teríamos o cumprimento estrito de um projeto intencional da burguesia ou das Forças Armadas, pois os processos sociais envolvem agentes coletivos em luta e dependem da correlação de forças. O resultado, portanto, será o entrecruzamento de múltiplos projetos. Dessa análise de Saes, cumpre ressaltar a pertinência e a atualidade de dois temas: a permanência da “tutela” militar na política brasileira e a compreensão ingênua e voluntarista do processo político. Em

certa medida, a discussão em torno do controle dos militares sobre a política, que parecia ter sido esquecida nos anos de estabilidade da democracia brasileira, teve sua origem muito bem detectada por Saes neste texto.

Em “A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual”, a questão sobre a hegemonia política de uma fração específica é retomada, agora circunscrita ao período neoliberal dos governos encabeçados pelo PSDB. De início, Saes define a política neoliberal como toda ação estatal que contribua para o desmonte da independência econômica nacional, da promoção do bem-estar social, do pleno emprego e de mediação de conflitos socioeconômicos. Contudo, dificilmente os governos neoliberais conseguem implementar tal programa de forma integral, pois as condições históricas de cada formação social variam. No caso brasileiro, o ritmo de implementação de tais medidas foi mais moderado do que o previsto pelo governo, com resistências inclusive na sua base de apoio. A grande burguesia industrial, os grandes bancos nacionais e a classe média não aderiram ao conjunto do programa neoliberal, pois certos aspectos dessas políticas feriam interesses particulares. Ainda que Saes não leve em consideração o papel da esquerda em oposição às políticas neoliberais, é interessante notar como as resistências ao programa neoliberal também vieram da base de apoio ao governo, o que permite um olhar mais nuançado e problematizado do neoliberalismo no Brasil.

O capítulo derradeiro do livro trata dos vínculos do populismo com o estágio neoliberal do capitalismo. Em “Populismo e neoliberalismo”, o tema central é o retorno do populismo como forma de desmantelamento do Estado e restauração da liberdade do mercado. Embora o termo tenha sido utilizado para designar um processo, situado na transição para o capitalismo, de substituição da organização político-partidária das classes trabalhadoras pela ação estatal identificada num líder, a ascensão da extrema direita na atualidade recolocou o populismo na ordem do dia. Diversos autores, em sua maioria informados por perspectivas liberais, julgaram estar diante da reemergência do populismo. Neste ensaio, Saes discute de forma panorâmica aspectos distintos do populismo, como o personalismo e a retórica populista. Ao final, há talvez a sugestão mais interessante do capítulo: a razão para o retorno do populismo pode residir no “efeito socialmente perverso” do intervencionismo, que atua beneficiando a burguesia monopolista privada, mas não defendendo as massas trabalhadoras.

Em suma, o livro contém reflexões significativas para aqueles empenhados em interpretar o capitalismo brasileiro e – tão importante quanto – transformá-lo. Diante dos atributos expostos, ainda que cientes da impossibilidade de abarcar as minúcias do livro e toda a fortuna crítica do autor, recomendamos a leitura desta obra. Aos pesquisadores marxistas, cumpre aproveitar-se desse rico manancial de teses, conceitos e objetos com o intuito de fazer a teoria política marxista avançar e desvelar os interesses de classe no processo político brasileiro.

Referências:

BERRINGER, Tatiana. A Escola de Campinas: análise poulantziana da política brasileira. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 51, p. 37-56, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo; NUCCI JR, Renato. Política e classes sociais no Brasil: reflexões sobre a obra de Décio Saes. In: MACIEL, D; COSTA NETO, P; GONÇALVES, R. J. M. (org.). **Intelectuais, política e conflitos sociais**. Goiânia: Editora Kelps, 2020, p. 64-105.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019 [1968].

Notas

¹ Doutorando em Ciência Política pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com bolsa de outorgada pela Capes. Integrante dos grupos de pesquisa Neoliberalismo e relações de classe no Brasil (Unicamp) e Classes e política no capitalismo contemporâneo (UFU). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8254269253157946>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2732-0003>. E-mail: amsalomao@outlook.com.

Recebido em: 7 de fev. 2024

Aprovado em: 16 de abr. 2024